

# RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES

Centro de Inteligência da Justiça Estadual da Bahia

# 2022



# **MESA DIRETORA 2022/2024**

## **Presidente**

Des. Nilson Soares Castelo Branco

## **1º Vice-Presidente**

Desa. Gardênia Pereira Duarte

## **2º Vice-Presidente**

Desa. Marcia Borges Faria

## **Corregedor-Geral**

Des. José Edivaldo Rocha Rotondano

## **Corregedor das Comarcas Interior**

Des. Edmilson Jatahy Fonseca Júnior



# TRIBUNAL PLENO

- Des. NILSON SOARES CASTELO BRANCO**  
Presidente
- Desa. GARDÊNIA PEREIRA DUARTE**  
1º Vice-Presidente
- Desa. MARCIA BORGES FARIA**  
2º Vice-Presidente
- Des. JOSÉ EDIVALDO ROCHA ROTONDANO**  
Corregedor-Geral
- Des. EDMILSON JATAHY FONSECA JÚNIOR**  
Corregedor das Comarcas do Interior
- Desa. Sílvia Carneiro Santos Zarif  
Desa. Telma Laura Silva Britto  
Des. Mario Alberto Hirs  
Des. Eserval Rocha  
Desa. Ivete Caldas Silva Freitas Muniz  
Desa. Maria da Purificação da Silva  
Desa. Maria do Socorro Barreto Santiago  
Desa. Rosita Falcão de Almeida Maia  
Desa. Maria da Graça Osório Pimentel Leal  
Des. José Cícero Landin Neto  
Des. Carlos Roberto Santos Araújo  
Desa. Heloisa Pinto de Freitas Vieira Graddi  
Desa. Cynthia Maria Pina Resende  
Des. Jefferson Alves de Assis  
Desa. Nágila Maria Sales Brito  
Desa. Inez Maria Brito Santos Miranda  
Des. Emílio Salomão Pinto Resedá  
Des. Augusto de Lima Bispo  
Des. José Alfredo Cerqueira da Silva  
Des. Pedro Augusto Costa Guerra  
Des. Aliomar Silva Britto  
Des. João Augusto Alves de Oliveira Pinto  
Desa. Dinalva Gomes Laranjeira Pimentel  
Desa. Lisbete Maria Teixeira Almeida César Santos  
Des. Luiz Fernando Lima  
Desa. Ivone Bessa Ramos  
Desa. Ilona Márcia Reis  
Des. Roberto Maynard Frank  
Des. João Bôsko de Oliveira Seixas  
Desa. Rita de Cássia Machado Magalhães
- Desa. Regina Helena Ramos Reis  
Des. Maurício Kertzman Szporer  
Des. Livaldo Reaiche Raimundo Britto  
Desa. Pilar Célia Tobio de Claro  
Desa. Joanice Maria Guimarães de Jesus  
Desa. Maria de Lourdes Pinho Medauar  
Desa. Carmem Lúcia Santos Pinheiro  
Des. Baltazar Miranda Saraiva  
Desa. Sandra Inês Moraes Rusciolli Azevedo  
Desa. Lígia Maria Ramos Cunha Lima  
Des. Mário Augusto Albiani Alves Júnior  
Des. Raimundo Sérgio Sales Cafezeiro  
Des. Julio Cezar Lemos Travessa  
Desa. Maria de Fátima Silva Carvalho  
Des. Abelardo Paulo da Matta Neto  
Desa. Soraya Moradillo Pinto  
Desa. Aracy Lima Borges  
Des. Antonio Cunha Cavalcanti  
Des. José Soares Ferreira Aras Neto  
Des. Aldenilson Barbosa dos Santos  
Des. Manuel Carneiro Bahia de Araújo  
Desa. Regina Helena Santos e Silva  
Des. Paulo Alberto Nunes Chenaud  
Des. Geder Luiz Rocha Gomes  
Des. Edson Ruy Bahiense Guimarães  
Des. José Jorge Lopes Barretto da Silva  
Desa. Cassinelza da Costa Santos Lopes  
Des. Marcelo Silva Britto  
Desa. Maria do Socorro Santa Rosa de Carvalho Habib  
Des. Paulo César Bandeira de Melo Jorge  
Des. Angelo Jeronimo e Silva Vita  
Des. Cássio José Barbosa Miranda  
Des. Rolemberg José Araújo Costa  
Des. Josevando Souza Andrade  
Des. Antonio Adonias Aguiar Bastos



# SUMÁRIO

01

INTRODUÇÃO

02

CIJEBA

03

COMPOSIÇÃO

04

ATRIBUIÇÕES

05

PRINCIPAIS AÇÕES

06

EXPEDIENTES

07

REGISTRO DE REUNIÕES

08

PRÓXIMOS PASSOS

09

CONSIDERAÇÕES FINAIS



# INTRODUÇÃO

O Centro de Inteligência da Justiça Estadual da Bahia (Cijeba), unidade vinculada à 2.º Vice-Presidência, em atendimento ao **Ofício-Circular nº 01/2023/GP**, vem apresentar a Vossa Excelência o presente relatório, contendo as principais atividades relacionadas ao primeiro ano de gestão, os resultados alcançados no período e as próximas ações a serem realizadas.

Nestes termos, submeto à apreciação de Vossa Excelência as informações que me competem transmitir.

# CIJEBBA

O Centro de Inteligência da Justiça Estadual da Bahia (Cijeba) foi instituído no âmbito local pela Resolução TJBA nº 04, de 28 de abril de 2021 – posteriormente alterada pela Resolução TJBA nº 06, de 1º de julho de 2022 –, em atendimento às diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Justiça, nos termos da Resolução CNJ nº 349/2021.

Vinculado à 2º Vice-Presidência, o Cijeba tem como principal objetivo prevenir e solucionar conflitos multitudinários em sua origem, a partir do monitoramento e identificação das demandas de massa ou com potencial de repetitividade, do aperfeiçoamento do gerenciamento de precedentes, da atuação coordenada com as unidades internas de 1º e 2º Graus e outras instituições e da padronização das rotinas, além de contribuir para o desenvolvimento de políticas e ações que visem à redução da cultura excessiva de judicialização e do uso predatório do sistema de justiça.

Um importante instrumento de sua atuação é a elaboração de notas técnicas com estudos e recomendações sobre a prevenção de litígios, monitoramento de demandas e gestão de precedentes, devendo, inclusive, colaborar com a disseminação de medidas consubstanciadas em notas técnicas dos demais Centros de Inteligência e supervisionar a aderência das notas emitidas ou divulgadas pelo Centro de Inteligência do Poder Judiciário (CIPJ).

# COMPOSIÇÃO

A teor do art. 3º, da Resolução TJBA nº 04/2021, o Cijeba é constituído por um Grupo Decisório (GD), integrado pela 2ª Vice-Presidente, que o preside, pelos Desembargadores Presidentes da Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas (Cogepac) e do Núcleo de Gestão de Demandas de Massa (Nugedem), o Desembargador Coordenador da Coje e a Desembargadora responsável pela Coordenação de Apoio ao Primeiro Grau; bem assim por um Grupo Operacional (GO) formado por magistrados indicados pela Presidência e 2ª Vice-Presidência desta Corte e por servidores representantes de setores administrativos do PJBA, sob a coordenação de um magistrado, designado na forma do art. 4º, da supracitada Resolução.

Ao longo da gestão relativa ao biênio 2022-2024, a composição do Cijeba foi alterada nos termos do Decreto Judiciário nº 460, de 22 de junho de 2022, e o Centro de Inteligência, atualmente, está configurado do seguinte modo:

## GRUPO DECISÓRIO

- **Presidente:** Desembargadora Marcia Borges Faria – 2º Vice-Presidente
- Desembargador João Augusto Alves de Oliveira Pinto – Presidente da Cogepac
- Desembargadora Pilar Célia Tobio de Claro – Presidente do Nugedem
- Desembargador Paulo Alberto Nunes Chenaud – Coordenador da Coje
- Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende – responsável pela Coordenação de Apoio ao 1º Grau

# COMPOSIÇÃO

## MAGISTRADOS DO GRUPO OPERACIONAL

- **Juiz Coordenador:** Juiz de Direito Freddy Carvalho Pitta Lima – Assessor Especial da 2ª Vice-Presidência e Coordenador do Nugepnac
- Juiz de Direito Moacir Reis Fernandes Filho – Coordenador do Nupemec
- Juíza de Direito Ana Conceição Barbuda Sanches Guimarães Ferreira – Coordenadora do Nuggedem
- Juiz de Direito Rosalvo Augusto Vieira da Silva – integrante da Turma de Admissibilidade de Recursos Extraordinários
- Juiz de Direito Icaro Almeida Matos – integrante do Comitê de Governança
- Juiz de Direito Sadraque Oliveira Rios – Assessor Especial da Presidência
- Juiz de Direito Eduardo Augusto Viana Barreto - indicado pela 2ª Vice-Presidência

## SERVIDORES DO GRUPO OPERACIONAL

- Caroline Dantas Godeiro de Araujo – Coje
- Líbia Maria Almeida de Andrade Figueiredo Lima – Nugepnac
- Liz Oliveira Souza – Sejud
- Viviane da Anunciação Souza – DPG
- Jonathan Moreira Cardozo Rehem – Setim
- Aleksandro Silva Santos – Seplan

## ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

- Juliane Nunes do Nascimento – servidora Cijeba

# ATRIBUIÇÕES

As principais atribuições do Cijeba encontram-se delineadas na Resolução TJBA n° 04/2021, em seu art. 2º, na forma a seguir:

- Prevenir o ajuizamento de demandas repetitivas ou de massa a partir da identificação das causas geradoras do litígio em âmbito nacional, com a possível autocomposição ou encaminhamento de solução na seara administrativa;
- Propor ao Conselho Nacional de Justiça, relativamente às demandas repetitivas ou de massa, recomendações para uniformização de procedimentos e rotinas cartorárias e notas técnicas para aperfeiçoamento da legislação sobre a controvérsia;
- Encaminhar aos Tribunais Superiores, de forma subsidiária, informações sobre a repercussão econômica, política, social ou jurídica de questões legais ou constitucionais que se repetem em processos judiciais;
- Propor ao CNJ a padronização, em todas as instâncias e graus de jurisdição, da gestão dos processos suspensos em razão da admissão de incidentes de resolução de demandas repetitivas ou afetação de processos ao regime de julgamento dos recursos repetitivos ou de recursos extraordinários com repercussão geral, nos termos da Resolução CNJ n° 235/2016;
- Auxiliar na internalização da norma jurídica construída em precedente qualificado relativo à prestação de serviço concedido, permitido ou autorizado por órgão, ente ou agência reguladora competente para fiscalização da efetiva aplicação da norma, conforme art. 985, § 2º, e art. 1.040, IV, do CPC;
- Manter interlocução com os demais Centros de Inteligência do Poder Judiciário;

# ATRIBUIÇÕES

- Disseminar as medidas consubstanciadas nas notas técnicas exaradas pelos demais Centros de Inteligência;
- Fixar critérios de taxonomia para classificação de demandas repetitivas ou em massa;
- Articular políticas e ações de mediação e conciliação institucional ou interinstitucional, inclusive envolvendo segmentos distintos do Poder Judiciário quando se tratar dos mesmos litigantes ou dos mesmos fatos; e
- Supervisionar a aderência às notas técnicas emitidas ou disseminadas pelo CIPJ.

# PRINCIPAIS AÇÕES

No primeiro ano da gestão, biênio 2022/2024, destacam-se como principais ações:

## 01 Aprovação do Fluxograma de atividades



Durante a 1ª Reunião Ordinária foi apresentada pelo Juiz Coordenador e aprovada pelos membros do Cijeba, a proposta de Fluxograma de atividades, elaborado com o intuito de demonstrar o passo a passo do procedimento relativo ao tratamento das demandas reportadas ao Centro de Inteligência.

## 02 Distribuição de demandas aos juízes relatores



A partir da aprovação do Fluxograma de atividades, foram distribuídas as demandas reportadas ao Cijeba por meio de expedientes SIGA.

A seguir, a ordem dos magistrados sorteados como juízes relatores, assim como os respectivos expedientes encaminhados:

- Ana Conceição Barbuda – TJ-COI-2022/05304;
- Sadraque Oliveira Rios – TJ-COI-2022/05303;
- Icaro Almeida Matos – TJ-COI-2022/02877;
- Rosalvo Augusto Vieira da Silva – TJ-COI-2022/18867;
- Moacir Reis Fernandes Filho – TJ-COI-2022/22247;
- Freddy Carvalho Pitta Lima – TJ-ADM-2022/52462; e
- Eduardo Augusto Viana Barreto – expediente em elaboração para ser encaminhado.

# PRINCIPAIS AÇÕES

## 03 Proposta de alteração da Resolução nº 04/2021

Em virtude das mudanças ocorridas na organização do PJBA a partir da posse da nova Mesa Diretora para o biênio 2022/2024, a Presidente do Cijeba encaminhou à Comissão Permanente de Reforma Judiciária, Administrativa e Requerimento Interno proposta de alteração da Resolução TJBA nº 04, 28 de abril de 2021, com as seguintes solicitações:

- inclusão dos incisos IV e V, no §1º do art. 3º, com vistas a incluir, respectivamente, o Desembargador Coordenador dos Juizados Especiais (Coje) e a Desembargadora responsável pela Coordenadoria de Apoio ao 1º Grau de Jurisdição como membros do Grupo Decisório;
- alteração da redação do inciso II, do §2º do art. 3º, para retirar o termo "auxiliar" da redação do referido inciso, de modo que fosse possível, à 2ª Vice-Presidência, a indicação de um juiz para o Grupo Operacional do CIJEB, independentemente de ele ser juiz auxiliar ou não;
- alteração do inciso IX, do §2º do art. 3º, para que em vez de um juiz coordenador, seja indicado um representante dos Juizados Especiais como membro do Grupo Operacional; e
- alteração de um termo no texto do art. 10, em razão de erro material.



Em 1º de junho de 2022, a proposta da Presidente do Cijeba foi aprovada à unanimidade de votos, nos termos da Resolução nº 06/2022.

# PRINCIPAIS AÇÕES

## 04 **Publicação de decreto com nova composição do Cijeba**



Em 27 de junho de 2022, foi publicado o Decreto nº 460, de 22 de junho de 2022, no Diário da Justiça Eletrônico (DJe), com a nova composição dos grupos decisório e operacional do Centro de Inteligência. A partir dessa publicação, os Desembargadores Paulo Alberto Nunes Chenaud e Cynthia Maria Pina Resende passaram a compor o Grupo Decisório; enquanto a servidora da Coje, Caroline Dantas Godeiro de Araújo, passou a fazer parte do Grupo Operacional do Cijeba.

## 05 **Participação na Reunião de Criação da Rede Nacional de Centros de Inteligência da Justiça Estadual**



No dia 09 de maio de 2022, o CIJEBÁ participou da Reunião de Criação da Rede Nacional de Centros de Inteligência da Justiça Estadual, que ocorreu por videoconferência na Plataforma Cisco Webex. Durante a reunião foram apresentadas algumas propostas aos representantes dos Centros de Inteligência Estaduais presentes, como o intercâmbio de conhecimentos, o compartilhamento de dados e notas técnicas, realização de reuniões em periodicidade a ser estabelecida e promoção de eventos institucionais.

Após a reunião, foi compartilhada, com todos os Centros de Inteligência Estaduais, a minuta do Termo de Cooperação Técnica para análise e envio de sugestões.

# PRINCIPAIS AÇÕES

## 06 Participação no Encontro Nacional de Centros de Inteligência



No período de 01/06 a 03/06/2022 foi realizado o “Primeiro Encontro Nacional dos Centros de Inteligência do Poder Judiciário” no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, o qual contou com a participação de integrantes do Cijeba: a Desembargadora Marcia Borges Faria, Presidente do Centro, e o Juiz Coordenador, Dr. Freddy Pitta Lima. O intuito da participação dos magistrados no evento foi a troca de informações, conhecimento e ideias a serem aplicadas no desenvolvimento das atividades do Centro de Inteligência do TJBA.

## 07 Intercâmbio de ideias com diversas instituições



O Coordenador do Cijeba, Bel. Freddy Pitta Lima, reuniu-se de modo presencial e virtual com representantes de diversas instituições, a saber: Centro de Inteligência do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul (CIJEMS), Banco BMG, Telefônica Brasil S/A, Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas e Investigações Criminais (GAECO), Associação dos Servidores Técnico-Administrativos e Afins do Estado da Bahia (ASTEBA) e Associação dos Servidores da Saúde Afins da Administração Direta do Estado da Bahia (ASSEBA). Os encontros tiveram como objetivo precípua o intercâmbio de ideias para o enfrentamento à litigiosidade predatória e fraudulenta.

# PRINCIPAIS AÇÕES

## 08 Publicação de notas técnicas



Os membros do Grupo Decisório do Cijeba aprovaram, por unanimidade, 3 (três) notas técnicas (NTs) – PN006/2022, PN007/2022 e PN008/2022 –, elaboradas por seus respectivos juízes relatores, a saber: Juíza Ana Conceição Barbuda, Juiz Icaro Matos e Juiz Sadraque Rios. A aprovação das NTs foi divulgada em noticiário publicado no DJe do dia 29 de agosto de 2022 e o seu conteúdo disponibilizado no Portal do Cijeba.

## 09 Pontuação máxima no Prêmio CNJ de Qualidade



No Anexo I da sua Portaria de nº 170/2022 o Conselho Nacional de Justiça estabeleceu que os Centros de Inteligência obteriam até 15 (quinze) pontos na premiação, sendo 5 (cinco) pontos para cada nota técnica emitida, entre 01 de setembro de 2021 e 31 de agosto de 2022. Nesse sentido, tendo o Cijeba realizado todas as medidas para alcançar o parâmetro estabelecido, conseguiu obter a pontuação máxima no Prêmio CNJ de Qualidade 2022.

## 10 Participação em grupo no WhatsApp, em âmbito nacional, com outros Centros de Inteligência



Com o intuito de contribuir com o compartilhamento de orientações, notícias e informações para o combate à litigância predatória, o Cijeba integra grupo de WhatsApp, denominado "Rede de Inteligência", do qual participam inúmeros Centros de Inteligência do Poder Judiciário Brasileiro.

# EXPEDIENTES

Panorama quantitativo dos expedientes – recebidos, expedidos e publicados – no primeiro ano da gestão, biênio 2022/2024:

## 01 Documentos



Natureza	Recebido	Expedido
Ofício	2	24
Ofício-Circular	-	10

## 02 Publicação



Natureza	Realizada
DJe	1
Decreto Judiciário*	2
Portal	11

\* Expedidos pela Presidência do PJBA

# EXPEDIENTES

## 03 SIGA



Natureza	Recebido	Expedido
Comunicação interna	17	15
Processo administrativo	1	-
Processo administrativo do CNJ	1	-

# REGISTRO DE REUNIÕES

Com o início da gestão, relativa ao biênio 2022-2024, foi estabelecido um calendário de reuniões mensais dos integrantes do CIJEBA para a discussão de temas de relevo para a unidade. Ao longo de 2022, foram realizadas 09 (nove) reuniões ordinárias e 01 (uma) reunião extraordinária, conforme quadro a seguir.

TEMA	DATA	PAUTA
1º Reunião Ordinária	16/03/2022	<ol style="list-style-type: none"><li>1) Apresentação do CIJEBA aos seus novos integrantes;</li><li>2) Apresentação do Portal;</li><li>3) Apresentação do calendário de reuniões do CIJEBA para os próximos meses;</li><li>4) Propor a revisão dos arts. 3º e 10, da Resolução nº 04, de 28 de abril de 2021;</li><li>5) Proposta de fluxograma para tratamento das demandas predatórias e fraudulentas;</li><li>6) Comunicar aos membros do Grupo Operacional (GO) sobre as demandas que foram reportadas ao CIJEBA;</li><li>7) Noticiar a publicação das notas técnicas do CIJUSPE e do CIJEMT sobre demandas predatórias e fraudulentas;</li><li>8) Distribuição das demandas encaminhadas ao CIJEBA para os magistrado do GO.</li></ol>
2º Reunião Ordinária (Grupo Operacional)	20/04/2022	<ol style="list-style-type: none"><li>1) Proposta de alteração da Resolução TJBA nº 04/2021 em andamento;</li><li>2) Comunicar a Recomendação do CNJ referente à judicialização predatória;</li><li>3) Noticiar a publicação da Nota Técnica do CIJEMS sobre demandas predatórias;</li><li>4) Discussão sobre expedientes SIGA;</li><li>5) Decidir data para a próxima Reunião Ordinária do CIJEBA.</li></ol>
3º Reunião Ordinária	25/05/2022	<ol style="list-style-type: none"><li>1) Relato de experiência por juízas integrantes do Grupo Operacional do Centro de Inteligência da TJMS acerca da elaboração de Nota Técnica;</li><li>2) Prêmio CNJ de Qualidade.</li></ol>
4º Reunião Ordinária	29/06/2022	<ol style="list-style-type: none"><li>1) Comunicar a publicação do Decreto nº 460, de 22 de junho de 2022, com a nova composição do CIJEBA;</li><li>2) Noticiar a proposta de implantação da Rede nacional de Centros de Inteligência da Justiça Estadual;</li><li>3) Possibilidade de adesão a notas técnicas para o Prêmio CNJ de Qualidade.</li></ol>

# REGISTRO DE REUNIÕES

TEMA	DATA	PAUTA
5ª Reunião Ordinária (Grupo Operacional)	20/07/2022	1) Discussão sobre notas técnicas para o Prêmio CNJ de Qualidade.
6ª Reunião Ordinária (Grupo Operacional)	17/08/2022	1) Apresentação das notas técnicas pelos juízes relatores aos demais membros do Grupo Operacional.
Reunião Extraordinária com Grupo Decisório	24/08/2022	1) Análise e votação para aprovação de notas técnicas elaboradas por juízes relatores do Grupo Operacional.
7ª Reunião Ordinária (Grupo Operacional)	14/09/2022	1) Noticiar a publicação das notas técnicas pelo CIJEBa e o seu envio ao CNJ; 2) Discussão acerca da situação relatada pelo Banco BMG; 3) Sorteio de juiz relator para demanda reportada pelo Banco BMG.
8ª Reunião Ordinária (Grupo Operacional)	19/10/2022	1) Sorteio de juiz relator para demanda reportada pela Telefônica Vivo; 2) Sorteio de juiz relator para demanda encaminhada por meio do expediente SIGA TJ-ADM-2022/52462; 3) Noticiar pontuação obtida pelo CIJEBa no Prêmio CNJ de Qualidade.
9ª Reunião Ordinária (Grupo Operacional)	13/12/2022	1) Sorteio de juiz relator para demanda em que foi reportada captação ilegal de clientes; 2) Noticiar elaboração de nota técnica pelo Juiz de Direito Rosalvo Augusto Vieira da Silva.

# REGISTRO DE REUNIÕES

Apresentar-se-á abaixo o registro fotográfico de reuniões realizadas pelo Cijeba, nas quais os seus membros compartilharam informações e conhecimento com o intuito de buscar soluções para lidar da maneira mais adequada com o combate às demandas repetitivas e predatórias reportadas ao Centro de Inteligência.



1ª Reunião Ordinária com a participação dos membros dos grupos decisório e operacional



Reunião com o Centro de Inteligência do TJMS para relato de experiência



Reunião com advogados representantes do Banco BMG



Reunião para apresentação das notas técnicas pelos juízes relatores



Reunião Extraordinária para avaliação das notas técnicas pelo grupo decisório

# PRÓXIMOS PASSOS

E daqui para a frente?

Norteando-se pelas atribuições previstas nos atos normativos editados pelo CNJ e por esta Corte Estadual, mormente pela necessidade de um diálogo contínuo com as unidades internas e entre os 1º e 2º Graus; pela manutenção da interconexão com os demais Centros de Inteligência do Poder Judiciário Brasileiro; pela promoção de estratégias de desjudicialização; e, bem assim, com o intuito de monitorar e gerir as demandas repetitivas e predatórias para coibir a litigância de má-fé, seguem os próximos passos do Cijeba:

## → 01 **Rede Nacional dos Centros de Inteligência da Justiça Estadual**

Conforme proposta apresentada na "1ª Reunião dos Centros de Inteligência Estaduais", há a possibilidade de o Cijeba fazer parte de uma Rede formada pelos Centros de Inteligência do Poder Judiciário Estadual, por meio da assinatura de um termo de cooperação técnica.

## → 02 **Instrumentos de combate à litigância de má-fé**

Os membros do Grupo Operacional continuarão a emitir notas técnicas, recomendações e outras providências que entenderem cabíveis, com o objetivo de combater a litigância de má-fé e em resposta às demandas de massa e predatórias reportadas ao Cijeba.

## → 03 **Possibilidade de elaboração de proposta para acréscimo de atribuição ao Cijeba**

No DJe publicado em 20 de dezembro de 2022, o Desembargador José Edivaldo Rocha Rotondano sugeriu ao Cijeba incluir dentre as suas atribuições "a identificação e combate das demandas predatórias e fraudulentas", tendo em vista que o Centro de Inteligência já atua nessa seara. Tal sugestão será analisada pelos membros do Cijeba.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estas são as considerações a serem prestadas à Vossa Excelência pelo Centro de Inteligência da Justiça Estadual da Bahia, unidade vinculada à 2ª Vice-Presidência, a qual, ainda que no início da sua trajetória, tem buscado, juntamente com os demais Centros da Rede de Inteligência do Poder Judiciário Brasileiro, atuar de modo a contribuir para uma melhor articulação entre as unidades administrativa e judiciária, na busca por resultados efetivos no combate à litigiosidade de massa e predatória.

**Desembargadora Marcia Borges Faria**  
**2ª Vice-Presidente**